

SER OU NÃO SER? EIS ALGUMAS QUESTÕES RELEVANTES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Miguel Carlos Damasco dos Santos
mdamasco@inf.aedb.br
Associação Educacional Dom Bosco

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre a educação a distância (EaD), abordando questões ligadas ao seu crescimento exponencial nos últimos anos, apesar de críticas de algumas instituições e de pessoas. Inicialmente, faz um breve histórico da EaD no Brasil, desde o tempo das correspondências via correio até os dias atuais com o emprego de ferramentas da Internet. Prosseguindo, aborda a nossa legislação sobre EaD desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que foi a primeira legislação que citou oficialmente essa modalidade de ensino, enfocando alguns tópicos relativos a credenciamento de instituições, além de normas para produção, controle, avaliação e autorização de cursos. A seguir, o trabalho mostra diversos dados divulgados por empresas especializadas, em particular os resultados de censos sob a responsabilidade da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), além de pesquisas realizadas por órgãos governamentais. Como nem todas as observações consideram a EaD como sucesso, algumas críticas negativas são colocadas na pauta do artigo para fins de reflexão. Em contraponto, muitos pontos positivos foram levantados e são apresentados com o intuito de enriquecer o debate sobre o tema. Por fim, são feitas algumas considerações finais que são favoráveis à implantação de cursos e disciplinas na modalidade a distância, principalmente aquelas que são desenvolvidas on-line.

Palavras-Chave: Críticas, Educação a distância; Pontos positivos.

1. INTRODUÇÃO

A educação a distância (EaD) vem crescendo de maneira exponencial a cada dia e algumas questões sobre o tema devem ser levantadas para melhor entender esse fenômeno contemporâneo. Dessa forma, este artigo, sem a pretensão de esgotar o assunto, apresenta importantes tópicos que merecem destaque quando se fala do potencial que tal modalidade de ensino disponibiliza para o processo educativo.

Segundo Maia e Mattar (2007, p. 6), a “EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação.” Os autores acrescentam que a citada separação pode trazer vantagens para os aprendizes, já que:

Os seres humanos progredem em ritmos próprios, e muitas vezes, bastante diferentes uns dos outros no processo de aprendizagem. (...) Portanto, a EaD possibilita a manipulação do tempo e do espaço em favor da educação. O aluno estuda onde e quando quiser e puder. (...) Ou seja, o aluno se autoprograma para estudar, de acordo com o seu tempo e sua disponibilidade. (MAIA & MATTAR, 2007, p. 7)

Buscando facilitar um melhor entendimento sobre o assunto pesquisado, este artigo procurou identificar as principais detalhes que norteiam os estudos sobre EaD, através de uma pesquisa bibliográfica. O objetivo geral do trabalho foi identificar as questões mais relevantes que influenciam a expansão da EaD no Brasil, desde sua origem até a modalidade on-line, passando pela busca de qualidade, fator indispensável para o seu sucesso e importante contraponto em relação às críticas negativas.

Inicialmente, o artigo apresenta um breve histórico da EaD no Brasil, desde a época das correspondências pelos correios, passando pela era do rádio e da TV, pelos projetos governamentais sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e por órgãos e instituições privadas, chegando até a Web 2.0 que possibilitou maior colaboração e interação.

A seguir, mostra de forma sequencial, o surgimento da legislação pertinente ao assunto e seus desdobramentos com o passar dos tempos. Muitos dados sobre EaD são apresentados no capítulo seguinte, através dos quais podemos perceber a expansão do ensino a distância, tanto de investimentos financeiros como de quantidade de matrículas, além do número de cursos corporativos, livres e autorizados pelo MEC.

Como nem tudo são flores, algumas críticas negativas, tanto de órgãos de classe, imprensa ou até de alunos são divulgados no prosseguimento do trabalho para fins de reflexão. Em contrapartida, muitos pontos positivos são apresentados logo adiante, mostrando que existe preocupação constante com a qualidade, tanto do governo como de instituições científicas que estudam e pesquisam a fundo a EaD. Complementando, os resultados de pesquisa de opinião são disponibilizados para mostrar com mais clareza a aceitação cada vez maior do ensino a distância.

Por fim, faz algumas considerações finais sobre a importância do tema, concluindo sobre as potencialidades e vantagens da EaD, abrindo novas possibilidades de pesquisa.

2. BREVE HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL

Assim que se consolidou a República no Brasil, em torno de 1900, segundo estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), alguns jornais do Rio de Janeiro já publicavam anúncios sobre cursos profissionalizantes por correspondência. Naquela época, o ensino se baseava em ações isoladas e professores particulares com cursos voltados para comércio e serviços através da remessa de materiais didáticos pelos correios. O marco oficial foi a criação das Escolas Internacionais, em 1904. (ALVES, 2009, p. 9)

Logo após, podemos dizer que passamos para a era do rádio em 1923, a partir da fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, ocasião em que iniciaram os programas educativos com o intuito de possibilitar uma educação mais popular, com a difusão de diversos cursos a distância. Pesquisas mostram que se seguiram as seguintes opções de educação através do rádio:

- 1937: Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;
- 1939: Rádio Técnico Monitor;
- 1943: Escola Rádio Postal, com a programação evangélica “A Voz da Profecia”;
- 1946: Senac cria a Universidade do Ar e atua no Rio e em São Paulo;
- 1959: Igreja Católica lança escola radiofônica para o Movimento de Educação de Base;
- 1967: Fundação Padre Landell de Moura criada no sul do país.

Vinculado ao governo federal, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), também teve um trabalho de abrangência nacional com atuação também através de radiodifusão. Além da educação por meio do rádio, com ensino através de correspondência, em sua maioria, merece registro o surgimento, em 1941, do Instituto Universal Brasileiro, que procurava capacitar pessoas para o mercado de trabalho no segmento da educação profissional básica. (ALVES, 2009, p. 11)

Em 1962 foi fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, sendo atuante no campo da eletrônica. Possuía, em 1980, alunos no Brasil e em Portugal. (...) Na área de educação pública, o IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal - iniciou suas atividades de EAD em 1967, utilizando a metodologia de ensino por correspondência. (ARY, 2007)

A televisão educativa surge na década de 60, através de concessões para a difusão de programas específicos voltados para a educação. Em 1972, surge o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) e em seguida o Centro Brasileiro de TV Educativa. Projetos da Fundação Roberto Marinho, TVs Universitárias, TV Cultura, TV Futura e TV Escola, completam ações públicas e privadas no setor educacional por canais abertos e fechados.

Não podemos nos esquecer do Projeto Minerva (1970), dos Telecursos segundo e primeiro graus (1978 e 1981) e do Projeto Crescer (1985), além de outros. “No fim da década de 80 e início dos anos 90, nota-se um grande avanço da EAD brasileira, especialmente em decorrência dos projetos de informatização, bem como o da difusão das línguas estrangeiras.” (ALVES, 2012, p. 4)

Ao término do século passado, com a evolução dos meios da tecnologia da informação e da comunicação, em particular da informatização, e com a utilização cada vez maior do fenômeno Internet, novas possibilidades se abriram para a EaD, como a “substituição de livros por outras formas de transmissão de conteúdos (como a informação digitalizada, as imagens e os sons etc.).” (MAIA & MATTAR, 2007, p. 3)

Em 1995, surge a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), sociedade científica, sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento da educação aberta, flexível e a distância, criada por um grupo de educadores interessados em EaD e em novas tecnologias de aprendizagem. A ABED patrocinou até o momento 17 Congressos Internacionais que possibilitaram a discussão e a experimentação, estimulando e motivando a prática de projetos e ajudando na fiscalização da qualidade da EaD.

Com o surgimento da Web 2.0 a EaD deu um salto positivo, tanto em qualidade como em quantidade, sendo empregada por várias instituições educacionais credenciadas pelo MEC, com ensino e aprendizagem através de ambientes virtuais com atividades síncronas e assíncronas on-line, interatividade e colaboração, com alcance em todo território nacional.

Como poderemos ver no capítulo seguinte, que trata da legislação brasileira sobre EaD, várias leis, decretos e portarias possibilitaram o avanço dessa modalidade de ensino, tais como: o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), pós-graduação, credenciamento de Instituições de Ensino Superior, disciplinas com 20% de atividades não presenciais, sistemas de avaliação e referenciais de qualidade, entre outros.

3. ASPECTOS DE NOSSA LEGISLAÇÃO

A segunda Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, proporcionou um marco significativo na EaD, pois em seu artigo 80 estabeleceu de forma oficial essa modalidade de educação, enfocando principalmente questões relativas a credenciamento de instituições, normas para produção, controle, avaliação e autorização. O Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, regulamentou a LDB, incrementando, entre outros, os seguintes dispositivos, segundo Gomes (2009, p. 22):

- estabeleceu um conceito oficial de EaD;
- a EaD abrangia todos os níveis e modalidades de ensino e de educação, exceto para mestrado e doutorado;
- o credenciamento e a autorização de cursos era limitada a cinco anos, renováveis após avaliação;
- assegurava a transferência e o aproveitamento de estudos da educação presencial pela EaD e vice-versa;
- a avaliação do rendimento do aluno se realizava necessariamente de forma presencial; - indicava as competências para o credenciamento de instituições em cada sistema de ensino.

A nova regulamentação importante e que apresentou avanços em relação à anterior, foi através do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que revogou o Decreto nº 2.494 e definiu a EaD como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005)

Conforme Gomes (2009, p. 22), o novo decreto mostrava avanços, tais como:

- obrigatoriedade de encontros presenciais não só para avaliações, mas também para estágios, defesas de trabalhos e atividades de laboratório;
- inclui os programas de mestrado e doutorado;
- obriga a criação de polos no país e exterior;
- cria uma série de normas e exigências, pautando-se em referenciais de qualidade;
- aplica o sistema nacional de avaliação da educação superior à educação superior a distância.

Prosseguindo, os Decretos nº 5.773, de 09 de maio de 2006, e nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, publicaram artigos referentes ao exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, referentes ao ensino a distância.

O Sistema da Universidade Aberta do Brasil foi criado a partir do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, possibilitando a oferta prioritária de cursos de licenciatura e formação inicial de professores e trabalhadores da educação básica, de capacitação de dirigentes e gestores, através de cursos superiores em diferentes áreas de conhecimento. Para Gomes (2009, p. 22) tal processo enfatizou “a articulação de instituições públicas de ensino superior com os polos de apoio presencial, destinados a apoiar de modo descentralizado as atividades pedagógicas e administrativas aos cursos e programas.”

Prosseguindo, Tarcia e Cabral (2010, p. 17) fazem referência à Portaria do MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que:

Regulamenta a oferta de carga horária a distância para os cursos ou disciplinas presenciais. Em seu artigo 1º, essa portaria autoriza as instituições de ensino superior a oferecerem até 20% da carga horária das disciplinas, ou do total da carga horária de um curso de graduação presencial, a distância, por meio de utilização de tecnologias próprias de EaD.

Em agosto de 2007, o MEC lançou os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, que foi:

Elaborado a partir de discussão com especialistas do setor, com as universidades e com a sociedade, ele tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade. (BRASIL/MEC, 2007, p. 2)

No que diz respeito à Pós-graduação, podemos citar Chiantia (2008, p. 25-6), que cita o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES) em seu parecer sobre “Qual o amparo legal para a Educação a Distância no Brasil?:

A Resolução/CES nº 1 de 8 de junho de 2007, estabelece, também, normas para a pós-graduação, lato sensu, em seu art. 6º parágrafo único. Sendo assim, pontua que ambas as resoluções, contendem cabalmente com o espírito da educação a distância estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pois exigem a realização

de provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso, destoando, desta forma, o direcionamento e o desenvolvimento que a EaD necessita.

4. DADOS OFICIAIS

Anualmente, durante seu congresso internacional, a ABED, instituição científica filiada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, representante legítima do campo do conhecimento da EaD no país, tem publicado o resultado analítico do seu censo no Brasil, referente ao ano anterior. Até o dia 31 de março de 2012, a associação coletou os dados de 2011, tanto das instituições de ensino públicas e privadas, formais e informais, como de empresas através de suas universidades corporativas, e até de professores independentes, para tabular e apresentar os resultados obtidos, na busca de tendências, contribuir para uma discussão e estimular o debate. Como os resultados de 2011 ainda não foram divulgados oficialmente, este artigo vai apresentar informações ainda referentes ao ano de 2010.

Para a pesquisa foram computados os cursos nos quais pelo menos 30% dos conteúdos foram desenvolvidos em atividades a distância e os cursos híbridos ou semipresenciais cuja proporção varia entre 30% e 70% a relação entre atividades presenciais e a distância.

A Tabela 1 faz uma comparação das matrículas dos alunos nos dois últimos anos computados, conforme dados obtidos junto às instituições respondentes do questionário:

Tabela 1: Comparação de matrículas por ano

Ano / Fator	Instituições respondentes	Quantidade de matrículas
2009	128	528.320
2010	198	2.261.921

Fonte: adaptado do Censo ABED 2010

A tabela 2 compara as matrículas por tipo de curso. Os corporativos são aqueles mantidos por organizações empresariais enquanto que os autorizados são os ministrados por instituições de ensino formais, que dependem de autorização do MEC. Já os cursos livres são os demais que podem ser ministrados por outras instituições e por professores independentes:

Tabela 2: Comparação de matrículas por curso

Tipo de curso	Quantidade de matrículas	Porcentagem
Cursos Corporativos	850.203	38%
Cursos Livres	755.194	33%
Cursos Autorizados	656.524	29%

Fonte: Censo ABED 2010

A tabela 3 nos mostra a distribuição das matrículas, segundo o processo de formação, considerando apenas os tipos de cursos livres e corporativos:

Tabela 3: Distribuição das matrículas nos cursos livres e corporativos:

Tipo de Curso	Processo de formação	Cursos		Total
		Livres	Corporativos	
Informal	Treinamento operacional	8.542	448.285	456.827
	Treinamento em habilidades sociais	172.065	65.434	237.499
	Curso de atualização	237.445	274.329	511.774
	Curso de aperfeiçoamento	277.633	59.607	337.240
	Curso de extensão	59.509	-	59.509
Total		755.194	847.655	1.602.849

Fonte: adaptado do Censo ABED 2010

A tabela 4 apresenta a distribuição das matrículas, segundo o processo de formação, considerando apenas os cursos que dependem de autorização do MEC para o seu funcionamento, com uma série de parâmetros a serem seguidos para o seu credenciamento:

Tabela 4: Distribuição das matrículas no nível educacional formal:

Processo de Formação		Autorizados
Educação básica		430
EJA		22.818
Ensino médio		6.486
Técnico		23.703
Superior	Sequencial formação específica	1.072
	Sequencial complementação de estudos	1.758
Graduação	Bacharelado	99.889
	Licenciatura	139.535
	Bacharelado e Licenciatura	149.142
	Tecnólogo	102.097
	Disciplina a distância	32.931
Pós-graduação	Especialização	51.876
	MBA	4.561
	Mestrado	-
	Doutorado	-
Disciplina a distância		20.226
Total		656.524

Fonte: adaptado do Censo ABED 2010

A tabela 5 apresenta a distribuição das matrículas nos cursos corporativos, segundo o processo de formação, considerando apenas os cursos do nível educacional formal:

Tabela 5: Distribuição das matrículas nos cursos formais corporativos:

Nível Educacional	Processo de Formação	Corporativos
Formal	EJA	120
	Graduação	671
	Especialização	1.622
	Mestrado	129
Total		2.542

Fonte: adaptado do Censo ABED 2010

Conforme o Censo da Educação Superior de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o curso de Pedagogia é o que tem mais estudantes em graduações na modalidade EaD. São mais de 273 mil matrículas num universo de 930 mil. A tabela 6 apresenta as 10 graduações a distância mais procuradas:

Tabela 6: As 10 graduações a distância mais procuradas no país:

Cursos	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Pedagogia	273.248	18.558	14.790	221	239.679
Administração	128.186	10.746	10.846	-	106.594
Serviço social	74.474	-	17.659	-	56.815
Competências gerenciais	45.880	-	-	32	45.848
Ciências contábeis	40.936	892	4.166	-	35.878
Gestão de pessoal / recursos humanos	35.486	-	-	25	35.461
Administração pública	34.611	18.695	3.888	-	12.028
Formação de professor de língua/literatura portuguesa	28.591	5.431	8.242	-	14.918
Formação de professor de matemática	23.328	11.700	3.319	22	8.287
Formação de professor de biologia	19.087	5.954	2.631	27	10.475

Fonte: MEC/INEP/DEED (BRASIL/MEC: 2011)

Segundo João C. Teatini, diretor de EaD da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e responsável pelo programa UAB, o MEC pretende “triplicar o número de matrículas em cursos públicos de EaD até 2014, passando dos atuais 210 mil alunos para 600 mil. Entre os obstáculos, estão o preconceito e a resistência ao modelo e as dificuldades de conexão e falta de banda larga pelo país.” (HARNIK, 2012)

A tabela 7 apresenta a dinâmica dos investimentos em EaD pelas instituições de ensino, entre 2008 e 2010, depois de apurados 253 questionários:

Tabela 7: Evolução dos investimentos institucionais, no período 2008-2010:

Investimento em EaD	Cursos autorizados		Cursos livres		Cursos corporativos	
	Número	%	Número	%	Número	%
Aumentou	60	44,12	31	37,80	12	34,29
Diminuiu	5	3,68	1	1,22	0	0,00
Manteve-se	31	22,79	18	21,95	6	17,14
Sem resposta	40	29,41	32	39,02	17	48,57
Total	136	100,00	82	100,00	35	100,00

Fonte: Censo ABED 2010

5. ALGUMAS CRÍTICAS NEGATIVAS

Em maio de 2011, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) lançou a campanha intitulada “Educação não é fast-food!”, na qual pretendia chamar a atenção da sociedade sobre as condições precárias existentes na formação do profissional em Assistência Social, que estudam na modalidade EaD, comparando as aparentes facilidades do ensino à distância com um lanche rápido, mas pouco nutritivo.

No site oficial do CFESS, o assessor de comunicação Werkema (2011, s. p.) apresenta declaração de Ivanete Boschetti, presidente do conselho, na qual informa que “a agilidade desses cursos só pode ser garantida porque a graduação é realizada em condições precárias, como mostram os dados do relatório sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social, que embasa a campanha”. A presidente complementa:

Desde 2000, as entidades representativas dos assistentes sociais têm se reunido para debater as mudanças no ensino superior que levam à precarização da formação. É nesse sentido que vimos a público defender a democratização do ensino, com garantia de qualidade na formação de profissionais capacitados para intervir na realidade brasileira, defendendo direitos e executando políticas para combater as desigualdades. (BOSCHETTI *apud* WERKEMA, 2011)

No mesmo site, a nova presidente eleita para o órgão, Sâmia Ramos, diz que a campanha é provocativa, mas não é ofensiva.

Nossos posicionamentos políticos não são fundados no desconhecimento e no preconceito, nem são dirigidos aos estudantes e trabalhadores do Ensino à Distância. Na verdade, a campanha marca nossa discordância com a política brasileira de ensino superior e com a expansão que não garante o acesso democrático ao ensino, tampouco assegura sua qualidade. (RAMOS *apud* WERKEMA, 2011)

Em outubro do mesmo ano, a Revista Caros Amigos, num texto assinado por Lúcia Rodrigues, apresenta aspectos ligados à qualidade dos cursos de graduação a distância no Brasil. Rodrigues (2011, s. p.) aborda exatamente as seguintes críticas:

- Aparentemente democrática por ampliar o acesso à educação superior para um maior número de estudantes, a medida embute, na verdade, um forte

componente ideológico. Cria no estudante a ilusão de que a qualificação garantirá o exercício pleno da profissão escolhida.

- Mascara a ausência de políticas efetivas dos governos para suprir em quantidade satisfatória a falta de vagas presenciais em instituições públicas do país. Escamoteia o problema central e desencadeia outro mais sério ao facilitar o rebaixamento na qualidade do ensino dos cursos oferecidos a distância.
- Na verdade, o ensino a distância foi o formato encontrado pelos governantes para diplomar pobres em massa e responder as metas educacionais impostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.
- Por isso, a garantia da qualidade dos cursos de graduação a distância não é a preocupação central desses dirigentes.

No mesmo artigo, no que se refere à postura dos dirigentes de empresas educacionais que disponibilizam graduações a distância, César Minto, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), diz que eles “conseguiram grudar a ideia de que o ensino a distância equivale à democratização do acesso. Além disso, rotulam quem questiona esse tipo de curso, como retrógrado”. (MINTO *apud* RODRIGUES, 2011)

Esses cursos têm forte teor mercadológico. Por isso, não se preocupam com a qualidade do ensino. As empresas tinham esgotado a capacidade de ampliar seus lucros e resolveram apostar nesse filão. (...) O processo pedagógico é todo truncado. Uma pessoa fala em uma videoconferência, outra acompanha os alunos e outra fica responsável pelos trabalhos. Não há nenhuma articulação entre os vários segmentos. É uma situação de precariedade total, que só se justifica pela falta de preocupação com a qualidade do ensino. (MINTO *apud* RODRIGUES, 2011)

Também existem órgãos ligados aos alunos que apresentam críticas à EaD, conforme texto abaixo existente no site do Centro dos Estudantes de Santos (CES, 2009):

A EAD serve direitinho aos interesses dos empresários da educação, através dela, um novo público alvo pode ser atingido com custos bem menores. A educação superior deve ser pautada pelo Ensino, Pesquisa e Extensão. A universidade à distância impossibilita a Pesquisa e a Extensão porque essas são atividades essencialmente práticas. O máximo que conseguem é prover o ensino, ainda assim deficitário porque se dá de forma individualista sendo que o conhecimento se constrói coletivamente. (...) As faculdades à distância não possuem biblioteca nos seus pólos, mal possuem computadores em quantidade e condições suficientes.

6. MUITOS PONTOS POSITIVOS

Fazendo contraposição às críticas negativas sobre a EaD, resolvemos apresentar muitos pontos positivos que essa modalidade de ensino pode proporcionar para a sociedade contemporânea, sob vários pontos de vista. Litto, em nome da ABED na qual é o presidente, divulgou um informe digital contendo um excelente texto em resposta às críticas apresentadas pela Revista Caros Amigos, citada no capítulo anterior, na qual mostra evidências científicas sobre a aprendizagem em EaD. Segundo o autor, o Brasil cresce lenta, mas continuamente, na mira de uma posição de real destaque entre as nações, porém:

cinco séculos de atraso no setor educacional no país dão evidências dos fatores que prejudicaram a criação de uma força de trabalho cuja qualificação plena poderia nos igualar aos países líderes. Enquanto o Brasil registra apenas 13% dos seus jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior, Argentina, Chile e Bolívia gozam de porcentagens acima dos 30%. Países da Europa, América do Norte e Ásia ostentam taxas que vão de 60% a 85%. (LITTO, 2012)

Uma solução que se apresenta para ajudar a minorar o problema acima citado, além da falta de qualificação profissional em diversas áreas da sociedade, é a aprendizagem a distância,

pela sua capacidade de alcançar os indivíduos em locais considerados remotos, proporcionando tanto a possibilidade de levar o conhecimento básico como o avançado.

Se apenas a metade dos municípios brasileiros oferece ensino superior presencial, como dizer que tentativas de estender acesso aos estudos avançados através da EAD não sejam democráticas? Qual é a alternativa? Se mais de 10% da população brasileira inclui cidadãos com necessidades especiais, então como criticar, sem ser hipócrita, o emprego da tecnologia para levar escolas e universidades até as casas desses conterrâneos? Se a maioria dos universitários que estuda a distância distingue-se como “pobre”, então esse fator de inclusão deveria ser motivo de júbilo, e não um argumento para denegrir a modalidade. (LITTO, 2012)

No Brasil, o ensino superior a distância não completou ainda duas décadas e, por causa disso, muitos acham que ainda está numa fase experimental. Mas em outros países não é nada novo, pois começou mais de um século e meio atrás, como no Reino Unido. Litto (2012) cita algumas pessoas influentes que utilizaram esta modalidade de ensino:

Mahatma Gandhi (1869-1948), morando na colônia britânica da África do Sul, fez todo o curso de Direito numa época na qual um navio transportando o correio levava dois meses para transitar entre Londres e seu país. Nelson Mandela, prisioneiro na Cidade do Cabo por suas atividades contra o apartheid, também fez o curso de Direito a distância de Londres, mas foi impedido de obter o diploma, não conseguindo autorização para deixar a prisão a fim de realizar o exame final do curso que o habilitaria profissionalmente. Quatro ganhadores do Prêmio Nobel em ciências obtiveram seus bacharelados via Sistema Externo da Universidade de Londres. Vale lembrar que T. S. Eliot, o mais importante poeta de língua inglesa no século XX, foi professor dos cursos desse Sistema, de 1916 a 1919.

No mesmo documento, Litto complementa, lembrando brasileiros que também estudaram em outros níveis de ensino através da EaD, tais como “Florestan Fernandes, celebrado sociólogo da USP, que cursou o ensino médio na modalidade chamada “madureza”; a senadora Marina Silva, que fez o ensino médio através do Telecurso; e o deputado Vicentinho (Vicente Paulo da Silva), que completou o fundamental e o médio pelo mesmo projeto educativo via TV.

Sobre a falta de qualidade, verificamos que o MEC tem descredenciado alguns cursos e instituições que não cumprem todas as exigências requeridas para que a EaD atenda seus objetivos a contento, principalmente no que diz respeito aos polos de encontros presenciais. Litto e Formiga (2011; p. 367-73), realizaram um levantamento das reclamações de alunos brasileiros de aprendizagem a distância. Os resultados, classificados por tipo de irregularidade acadêmica ou de consumidor, foram apresentados e analisados, buscando diminuir as generalizações superficiais sobre o tema. A página principal da ABED tem um link com todas as instituições credenciadas pelo MEC para ensino superior a distância.

Ainda preocupada na qualidade da EaD no país, a ABED enviou uma carta aberta aos candidato(a)s à Presidência da República, propondo uma agenda propositiva para um esforço nacional integrado em favor da EaD de qualidade em todos os níveis de ensino:

Com a Educação Aberta, Flexível e a Distância (EAD) vislumbra-se uma enorme oportunidade, ainda pouco utilizada no Brasil, como instrumento eficaz e definitivo de transformação dos novos paradigmas de educação e aprendizagem, promoção da cidadania, formação de professores e capital humano para a nova economia. A UNESCO denominou o Século XXI de “Século da Aprendizagem”, e a EAD apresenta-se como a alternativa mais adequada para combate aos alarmantes níveis de analfabetismo geral, funcional e digital. A EAD deve ser utilizada tanto na educação formal, quanto na não formal, e na pesquisa, segmento que exige a manutenção de uma rede qualificada e atuante de pesquisadores para potencializar a criatividade nata do brasileiro e avançar a fronteira do conhecimento em EAD. (ABED, 2010)

No mês de 2012, a ABED lançou uma consulta pública a professores, tutores, instituições de ensino e profissionais ligados diretamente ao ensino a distância, buscando levantar as competências desejadas, tanto para a função de tutoria como para questões relativas ao desenvolvimento de projetos em EaD. A consulta se baseava no preenchimento de instrumentos de validação para aprovação de uma matriz contendo as competências necessárias. Este é um bom exemplo de preocupação com a qualidade da EaD através do aperfeiçoamento das instituições e dos profissionais e envolvidos.

Outro aspecto importante a ser tratado se refere a avaliações que possibilitam comparar alunos que estudam graduação a distância com os que frequentam aulas presenciais. Sobre o resultado a que foram submetidos, Litto mostra a eficácia da EaD:

através dos resultados do ENADE - Exame Nacional de Desempenho Educacional, teste anual organizado pelo Ministério da Educação com os formandos de centenas de universidade brasileiras: em 2007, as maiores notas em 7 das 13 áreas de conhecimento foram obtidas por aqueles que estudaram a distância. Em 2008 (o último ano em que o INEP - MEC revelou as diferenças entre os alunos das duas modalidades), os alunos da EAD tiveram médias de notas de 38,87, enquanto os alunos do presencial tiveram 36,78 (uma diferença de 2,09). As áreas de conhecimento nas quais os alunos a distância superaram os do presencial foram Engenharia (Grupo VII), Filosofia, Física, Tecnologia em Gestão da Produção Industrial e Ciências Sociais. (LITTO, 2012)

Em relação ao ensino presencial, existem algumas vantagens da EaD graças à própria concretização de seus objetivos e estão relacionadas à abertura, flexibilidade, eficácia, formação permanente e personalizada, e à economia de recursos financeiros. “Essa modalidade de ensino permite uma eficaz combinação de estudo e trabalho, garantindo a permanência do aluno em seu próprio ambiente, seja ele profissional, cultural e familiar.” (MORAN, 2000)

Ao se fazer um estudo sobre a EaD no país, também devemos dar voz aos estudantes, razão maior de ser desse tipo de modalidade de ensino. Pesquisando no site do Universo Online (UOL), em 06 de junho do corrente ano, encontramos uma enquete com 622 respondentes, cuja pergunta era a seguinte: “Para você, qual a vantagem de fazer curso a distância?” A tabela 8 a seguir, mostra o resultado parcial até aquele momento: (UOL EDUCAÇÃO, 2012)

Tabela 8: Resultado parcial da enquete sobre vantagens da EaD:

Pergunta	%
Oferece flexibilidade de horário	58,66
Evitar trânsito	10,58
É mais barato que o curso presencial	9,30
Acesso a cursos oferecidos somente em outros Estados ou países	4,00
Alguns cursos oferecem prazos para conclusão mais flexíveis que os presenciais	3,20
Networking com pessoas que moram em outras cidades e, em alguns casos, em outros países	2,77
Acesso a grande variedade de cursos	2,35
Não vejo vantagem em cursos a distância: não são confiáveis ou não consigo me adaptar ao método	9,14
Total	100,00

Fonte: UOL Educação

A Associação Brasileira dos Estudantes de Ensino a Distância (ABE-EAD) divulgou o ranking de 2011 das instituições de ensino superior particulares que oferecem cursos a distância. As instituições de ensino pesquisadas são responsáveis pela oferta de 80,5% das matrículas em cursos superiores a distância. O ranking foi elaborado a partir de pesquisas que envolveram 16.200 estudantes de graduações a distância de 67 instituições de ensino superior. Conforme Ricardo Holz, presidente da entidade: “Relatamos o ponto de vista do estudante.

Estamos preocupados com o grau de satisfação do aluno e se ele está aprendendo.” (ABE-EAD, 2012)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa apresentou questões relevantes para um melhor entendimento sobre a expansão da EaD no Brasil. Os capítulos referentes ao breve histórico e a evolução da legislação pertinente serviram de suporte para o desenvolvimento do tema durante a pesquisa. Assim, pudemos perceber a sequência lógica de fatos e eventos que se integraram e nortearam as transformações que se sucederam no ensino e na aprendizagem a distância em nosso país.

Os muitos dados apresentados, principalmente os coletados no censo da ABED, nos proporcionaram uma visão abrangente sobre o crescimento incontestável do ensino a distância, principalmente nos seguintes itens: matrículas, cursos e investimentos. A cada ano, podemos perceber que a EaD deixa de ser uma possibilidade para se tornar uma realidade, levando conhecimento até para áreas remotas do país, procurando auxiliar a diminuir as necessidades de qualificação profissional solicitadas pela sociedade atual.

Atualmente, a EaD utiliza uma gama de recursos tecnológicos que encurtam a distância entre aprendizes e docentes/tutores e criam uma ruptura com antigos paradigmas da sociedade, aproveitando a velocidade com que o mundo atual se movimenta, com transformações em vários ramos de atividade, que mudam papéis de poder de indivíduos, grupos e instituições, que alteram também as formas de ensinar e aprender, acompanhando a evolução tecnológica. Com cursos para todos os níveis de ensino, passando pelos formais e não formais, livres ou autorizados, a EaD está atuando de forma concreta, apesar das críticas existentes e que devem ser objeto de profunda análise para a manutenção da sua qualidade.

Verificamos que existe, tanto por parte de instituições públicas como de privadas, muitas ações na busca pela citada qualidade, como os referenciais publicados pelo governo. O credenciamento e descredenciamento de instituições, as normas para produção, controle, avaliação e autorização de cursos são formas de coordenar as atividades de EaD para que todos os envolvidos tenham um parâmetro a ser seguido.

Algumas pesquisas disponibilizadas neste artigo nos mostram a aceitação dessa modalidade de ensino por parte da maioria dos alunos, que são os mais interessados no processo. O estudo sobre o levantamento das diversas competências necessárias para os tutores e para quem trabalha no desenvolvimento de projetos de EaD demonstram que existe uma preocupação cada vez maior com os profissionais que labutam nessa área de ensino.

Salvo melhor juízo, concluímos que a EaD é uma realidade sem volta e que possibilita a construção do conhecimento por parte do aluno, desde que seja empregada com seriedade e com os requisitos de qualidade levantados neste trabalho. Pelo exposto, esperamos que este artigo sirva de reflexão para todos envolvidos nos processos didático-pedagógicos a distância, pois a educação deve buscar soluções para melhorar os índices educacionais de maneira mais concreta possível, aproveitando a força de atração da tecnologia. Portanto, a EaD está mais para “ser” do que para “não ser”!

8. REFERÊNCIAS

ABE-EAD. Pesquisa ABE-EAD 2011 de satisfação dos alunos de graduação a distância. Disponível em <<http://www.estudantesead.org.br/2011/10/17/so-universidade-federal-pode-revalidar-diploma-de-graduacao-a-distancia/>> Acesso em: 05 de junho de 2012.

ABED. Censo EaD.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

_____. Carta aos Presidênciaáveis 2010. Carta à Presidência da República Federativa do Brasil. Agenda Propositiva para um Esforço Nacional Integrado em Favor da Educação a Distância de Qualidade em Todos os Níveis. Disponível em: <http://www2.abed.org.br/noticia.asp?Noticia_ID=454> Publicada em: 20 de setembro de 2010.

ALVES, João R. Moreira. A história da EAD no Brasil. In: LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Manuel. M. M. (orgs.) Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

_____. Educação a distância e as novas tecnologias de informação e aprendizagem. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/EAD/INFORM_ACAO.PDF> Acesso : 06 de junho de 2012.

ARY, Edson. A educação a distância no Brasil. Disponível em <<http://edsonary.blogspot.com.br/2007/05/educacao-distancia-no-brasil.html>> Publicado em: 31 de maio de 2007.

BRASIL. Decreto nº 5.622 - de 19 de Dezembro de 2005 – Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm> Publicado no DOU de 20 de dezembro de 2005.

BRASIL/MEC. Censo da Educação Superior no Brasil 2010. Publicado pelo UOL Educação. Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/05/30/pedagogia-e-o-curso-de-graduacao-a-distancia-mais-procurado-do-brasil-veja-a-lista.htm>> Publicado em: outubro de 2011.

_____. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Publicado em: agosto de 2007.

CHIANTIA, Fabrizio Cezar. Parecer: Qual o amparo legal para a Educação a Distância no Brasil? Consulta solicitada pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED). Disponível em: <<http://www2.abed.org.br/documentos/ArquivoDocumento255.pdf>> Publicada em: 14 de abril de 2008.

CES. A Universidade a Distância e o Movimento Estudantil que corre atrás do próprio rabo. Blog do Movimento Estudantil do Centro dos Estudantes de Santos e Região. Disponível em: <<http://blogdoces.wordpress.com/2009/06/18/a-universidade-a-distancia-e-o-movimento-estudantil-que-corre-atras-do-proprio-rabo/>> Publicado em: 18 de junho de 2009.

GOMES, Candido A. da Costa. A legislação que trata da EaD. In: LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Manuel. M. M. (orgs.) Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

HARNIK, Simone. MEC promete triplicar matrículas em EAD e alcançar 600 mil alunos até 2014. UOL Educação – entrevista. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/noticias/2012/04/24/mec-promete-triplicar-matriculas-em-ead-ate-2014-e-alcancar-600-mil-alunos.htm>> Publicado em: 24 de abril de 2012.

LITTO, Fredric M. Aprendizagem a Distância: dos Mitos às Evidências Científicas. Informe Digital ABED nº 447. Publicado em: 28 de março de 2012.

LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Marcos. (org.). As Infrações que Prejudicam a Imagem de EAD. In: Educação a Distância - O Estado da Arte. LITTO, Fredric M. & FORMIGA, Marcos v. 2. São Paulo: Pearson, 2011.

MAIA, Carmem & MATTAR, João. ABC da EaD. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MORAN, José Manuel. O Que é Educação a Distância? In Boletim de Educação a Distância. Brasil, Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2000.

RODRIGUES, Lúcia. Ensino a Distância rebaixa qualidade da educação no país. Disponível em: <<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/component/content/article/157-edicao-175/2069-ensino-a-distancia-rebaixa-qualidade-da-educacao-no-pais>> Publicado em: 29 de outubro de 2011.

TARCIA, Rita M. Lino & CABRAL, Ana L. Tinoco. Implantação de 20% a distância nas instituições de ensino. In: CARLINI, Alda L. & TARCIA, Rita M. Lino. 20% a distância: e agora? São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

UOL EDUCAÇÃO. Para você, qual a vantagem de fazer curso a distância? Enquete. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/enquetes/album-enquete.htm?idEnquete=2981#r>> Acesso em: 06 de junho de 2012

WERKEMA, Rafael. Educação não é fast-food! Campanha diz não para a graduação à distância em Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=603> Publicado em: 13 de maio de 2011.